

Organizadores

PEDRO HENRIQUE PEDROSA NOGUEIRA

EDUARDO JOSÉ DA FONSECA COSTA

Autores

ARLETE INÊS AURELLI

ADALBERTO NARCISO HOMMERDING

AROLDO LIMONGE

EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR

EDUARDO ARRUDA ALVIM

EDUARDO JOSÉ DA FONSECA COSTA

ESTÊVÃO MALLET

FRANCISCO GLAUBER PESSOA ALVES

FREDIE DIDIER JR.

LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA

GLAUCO GUMERATO RAMOS

HENRIQUE NEVES DA SILVA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

CLÁUDIA FONSECA MORATO PAVAN

LÚCIO DELFINO

JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO

MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS

NEY MOURA TELES

PEDRO HENRIQUE PEDROSA NOGUEIRA

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL

2013



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Caeté Coelho (caete1984@gmail.com)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

Copyright: Edições JusPODIVM

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
PREFÁCIO	17
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER	
CONDIÇÕES DA AÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	19
ARLETE INÊS AURELLI	
Considerações introdutórias:	19
1. Natureza jurídica.....	20
2. Admissibilidade da ação de reclamação: condições da ação.....	24
2.1 Legitimidade ad causam.....	24
2.1.1 Legitimidade ativa	24
2.1.2 Legitimidade passiva	33
2.2. Interesse processual	34
Conclusão	39
Bibliografia	39
RECLAMAÇÃO E CORREIÇÃO PARCIAL: CRITÉRIOS PARA DISTINÇÃO	41
ADALBERTO NARCISO HOMMERDING	
Introdução.....	41
1. Reclamação	44
1.1. Brevíssimo histórico da reclamação no Brasil.....	44
1.2. Previsão constitucional e infraconstitucional da reclamação.....	45
1.3. Qual é o objetivo da reclamação?	46
1.4. Quem pode cometer desobediência a julgado do STF e do STJ?	48
1.5. Natureza jurisdicional ou administrativa?	48
1.6. Reclamação é recurso ou ação?.....	49
1.7. Legitimidade para propor a reclamação	53
1.8. Cabe reclamação perante os Tribunais de Justiça dos Estados ou Tribunais Regionais Federais?	54
1.9. Contra quem é cabível a reclamação?.....	55
2. Correição parcial	55
2.1. Brevíssimo histórico da correição parcial no Brasil.....	55
2.2. Qual é o objetivo da correição parcial?.....	56
2.3. Ainda é possível falar de correição parcial?	57
2.4. Por que a correição parcial não é recurso?	61
2.5. Legitimidade para exercer a correição parcial	62
2.6. Contra quem é cabível a correição parcial?.....	62
3. Análise dos casos.....	63
4. Quadro comparativo entre a reclamação e a correição parcial.....	68
Referências bibliográficas	70

AS NOVAS TENDÊNCIAS DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	71
AROLDO LIMONGE	
1. Introdução: criação implantação e desenvolvimento da corte constitucional brasileira	71
2. Poderes das cortes constitucionais e a eficácia <i>erga omnes</i> de suas decisões ...	81
3. O sistema de controle das leis e dos atos normativos pelo supremo tribunal federal.....	82
4. Reclamação como instrumento de garantia e assecuração efetiva da eficácia das decisões proferidas pelo órgão que tem a missão constitucional de exercer a jurisdição constitucional brasileira	83
5. Conclusão.....	98
6. Referências.....	101
RECLAMAÇÃO E TRIBUNAIS DE JUSTIÇA.....	109
EDILSON PEREIRA NOBRE JÚNIOR	
I. Introdução.....	109
II. O instituto e sua evolução.....	111
III. A reclamação e os Tribunais de Justiça.....	116
IV. O exame dos argumentos contrapostos	121
V. Síntese conclusiva	128
VI. Bibliografia.....	129
RECLAMAÇÃO E AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	131
EDUARDO ARRUDA ALVIM	
1. Algumas considerações introdutórias ao tema.....	131
2. Generalidades a respeito da ação direta de inconstitucionalidade	136
2.1. Ação direta de inconstitucionalidade e legitimação ativa.....	141
2.2. Ação direta de inconstitucionalidade e competência	143
2.3. Procedimento da ação direta de inconstitucionalidade	144
2.4. Medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade.....	146
2.5. Caráter dúplice	148
3. Ação direta de inconstitucionalidade e reclamação.....	149
3.1. Reclamação – aspectos relevantes.....	150
3.2. Elementos da reclamação contra decisão que tenha desrespeitado pronunciamento do STF proferido em sede de ação direta de inconstitucionalidade	153
3.3. A reclamação contra decisão judicial e a coisa julgada no processo subjacente.....	156
4. Bibliografia.....	157
A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL ESTADUAL COMO UM PROBLEMA DE FONTE.....	161
EDUARDO JOSÉ DA FONSECA COSTA	
1. Introdução.....	161
2. A (falta de) posição do Supremo Tribunal Federal	163
3. A reclamação como ação fundada em norma processual constitucional implícita	167
4. A reclamação como decorrência de poderes implícitos.....	172
5. Conclusão.....	175

A RECLAMAÇÃO PERANTE O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	179
<i>ESTÊVÃO MALLET</i>	
1. Introdução.....	179
2. A reclamação na Justiça do Trabalho.....	180
3. A reclamação no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.....	180
3.1. Objeto da reclamação.....	180
3.2. Legitimação para o pedido.....	185
3.3. Requisitos da petição.....	186
3.4. Distribuição.....	187
3.5. Decisão liminar.....	187
3.6. Notificação da outra parte na relação processual em que praticado o ato impugnado.....	188
3.7. Desistência do pedido.....	191
3.8. Julgamento e eficácia da decisão.....	192
3.9. Recorribilidade da decisão.....	192
4. O problema da constitucionalidade da reclamação prevista no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.....	193
LIMINAR EM RECLAMAÇÃO.....	201
<i>FRANCISCO GLAUBER PESSOA ALVES</i>	
I. Introdução.....	201
II. Breves linhas históricas.....	202
III. Generalidades.....	206
IV. Condições gerais de admissibilidade.....	209
V. Regime jurídico da liminar na reclamação.....	212
VI. Arremate.....	218
Bibliografia.....	219
RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO DE JUIZADO ESPECIAL QUE CONTRARIA ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO STJ.....	221
<i>FREDIE DIDIER JR. E LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA</i>	
RECLAMAÇÃO NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	229
<i>GLAUCO GUMERATO RAMOS</i>	
1. Objetivo e limites.....	229
2. O perfil processual da reclamação.....	231
3. Sujeitos e partes na reclamação.....	233
3.1. Sujeitos e partes da reclamação em processo individual.....	234
3.2. Sujeitos e partes da reclamação em processo coletivo.....	235
4. Objeto da reclamação: preservação da competência (=juiz natural) e concretização do decidido na instância superior (=ataque à desobediência).....	236
5. Reclamação para o STJ contra acórdãos dos Juizados Especiais estaduais: a Resolução nº 12/2009.....	238
6. Fechamento.....	241

A RECLAMAÇÃO PERANTE O TSE	243
<i>HENRIQUE NEVES DA SILVA</i>	
1. A expressão “processo eleitoral” e a natureza da Justiça Eleitoral.....	243
2. A via processual da reclamação.....	248
3. A aceitação da via reclamatória no Tribunal Superior Eleitoral.....	253
4. Duas hipóteses de cabimento da reclamação no TSE.....	256
5. Duas hipótese de não cabimento da reclamação no Tribunal Superior Eleitoral ..	261
6. Consideração Final	264
RECLAMAÇÃO E AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE	267
<i>IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E CLÁUDIA FONSECA MORATO PAVAN</i>	
A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL CONTRA ATO QUE DESREPEITA ENUNCIADO DE SÚMULA VINCULANTE	287
<i>LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA</i>	
1. Noções Gerais	287
2. Hipóteses de cabimento da reclamação constitucional (a reclamação como demanda típica, de fundamentação vinculada)	289
3. Reclamação contra ato que desrespeitou enunciado da súmula vinculante do STF (Lei nº 11.417/2006)	290
Bibliografia	294
ASPECTOS HISTÓRICOS DA RECLAMAÇÃO.....	295
<i>LÚCIO DELFINO</i>	
DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E A AMPLIAÇÃO DO CABIMENTO DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	305
<i>JOSÉ HENRIQUE MOUTA ARAÚJO</i>	
I. Introdução.....	305
II. Aspectos ligados à crise de tempestividade da tutela jurisdicional.....	307
III. Ampliação do caráter vinculante das decisões judiciais e a duração razoável do processo	312
IV. Nova modalidade de reclamação constitucional – não atendimento à súmula vinculante. Será alcançada a duração razoável do processo?.....	314
O PROCEDIMENTO DA RECLAMAÇÃO	319
<i>MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS</i>	
1. Generalidades	319
2. A Relação Processual na Reclamação	320
2.1. Sujeitos.....	321
2.2. Objeto	325
2.3. Pressupostos	325
3. Competência.....	326
4. Hipóteses de Cabimento.....	327
5. Estrutura Procedimental	330
6. Recursos e Outros Meios de Impugnação.....	332

A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NO DIREITO COMPARADO	335
MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS	
1. Introdução.....	335
2. Direito Americano.....	337
3. Direito Alemão.....	343
4. Direito Austríaco	349
5. Direito Espanhol.....	350
6. Direito Francês	357
7. Direito Italiano	359
8. Direito Português.....	361
9. Direito Comunitário	364
A RECLAMAÇÃO NOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS	371
NEY MOURA TELES	
1. Considerações gerais.....	371
2. A reclamação no Tribunal Regional Federal da 1ª. Região.....	373
3. A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.212-1/CE	373
4. O efeito vinculante dos fundamentos determinantes da Ação Direta de Inconstitucionalidade	375
5. A aplicação, por analogia, dos arts. 13 a 18 da Lei nº 8.038/90 a todos os tribunais....	377
A EFICÁCIA DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	381
PEDRO HENRIQUE PEDROSA NOGUEIRA	
1. Nota sobre a natureza da reclamação constitucional.....	381
2. A tutela jurisdicional (de procedência) na reclamação	382
3. Breve nota sobre as eficácias dos provimentos jurisdicionais.....	386
4. Os efeitos possíveis na tutela de procedência em sede de reclamação.....	388
4.1. A eficácia da reclamação para garantir a observância de decisões do tribunal....	389
4.1.1. O efeito constitutivo negativo e o trânsito em julgado da decisão reclamada.....	391
4.2. A eficácia da reclamação para preservação de competência.....	392
4.3. A eficácia da reclamação para observância de súmula vinculante	394
5. Efeitos temporais da tutela de procedência na reclamação	395
Referências	397
RECLAMAÇÃO E ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....	399
ROSMAR RODRIGUES ALENCAR	
1. Introdução.....	399
2. Aspectos históricos da reclamação constitucional e da arguição de descumprimento de preceito fundamental no direito brasileiro.....	401
3. Objeto, parâmetro e requisitos da arguição descumprimento de preceito fundamental e efeitos da decisão judicial.....	404
3.1 Modalidade autônoma ou direta.....	409
3.2. Modalidade incidental.....	410
4. Reclamação contra o não acatamento de decisão prolatada em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental	411
5. Conclusão.....	414
6. Referências.....	415

A RECLAMAÇÃO PERANTE O SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	417
<i>EDUARDO JOSÉ DA FONSECA COSTA</i>	
1. Introdução.....	417
2. A história da estrutura composicional do STM.....	418
3. A posição judiciário-institucional do STM.....	419
4. A reclamação perante o STM.....	421
5. O STM e a teoria dos poderes implícitos.....	423
6. O STM e a teoria da reserva legal	424
7. Aspectos processuais e procedimentais da reclamação no STM.....	425
8. Conclusão.....	428